

8

Profissionais do Trabalho Social em Portugal: formação inicial e avançada.

Joana Campos e Luísa Delgado

jcamos@eselx.ipl.pt,

luisa.delgado@ese.ipsantarem.pt

Escola Superior de Educação de Lisboa - IPL / CIES-IUL. Escola Superior de Educação de Santarém - IPS / CIES-IUL

Resumo: O presente texto resulta da comunicação apresentada na II Conferencia Ibérica de Sociología de la Educación realizada em 2017 em Córdoba e inscreve-se no desenvolvimento do projeto Socius (Investigare) – Investigação, Formação e Intervenção Social da ESELx. O trabalho desenvolvido que se apresentou no encontro em referência contribui mais diretamente para o primeiro objetivo do projeto: 1. Contribuir para a produção científica nos domínios da Educação Social, Animação Sociocultural e Trabalho Social, mais concretamente o aprofundamento do conhecimento em torno da formação dos profissionais do Trabalho Social, através da análise dos cursos a nível nacional de Animação Sociocultural e Educação Social, 1º e 2º ciclos de formação, nas dimensões relativas à iniciação à prática profissional e produção académica produzida no âmbito dos mesmos, em particular no que aos trabalhos finais diz respeito. Com a apresentação da comunicação e discussão, refletiu-se criticamente sobre a formação inicial e avançada dos profissionais do Trabalho Social, no caso português. Analiticamente, consideraram-se os cursos de formação inicial e avançada nacionais 1º e 2º ciclos de formação, centrando análise nas modalidades de formação inicial e na a produção académica (análise dos registos dos trabalhos finais), considerando as problemáticas, públicos e ainda natureza do trabalho investigação ou intervenção.

Palavras-Chave: Trabalho Social; Formação Inicial; Formação Avançada

Abstract: his text is a result of the oral presentation carried out at the II Conferencia Ibérica de Sociología de la Educación held in Cordoba in 2017 and is part of the development of the Socius (Investigare) project - Research, Training and Social Intervention - ESELx. The research presented at the conference contributed more directly to the first objective of the project: 1. Contribute to scientific production in the areas of Social Education, Community Development and Social Work, more specifically the knowledge about Social Work professionals training, through the analysis of the national courses of Community Development and Social Education in Portugal, 1st and 2nd cycles, in the dimensions related to the to professional practice initiation and academic production, in particular related to the final works. With the presentation and discussion held in the conference, it was critically reflected on the initial and advanced Social Work professionals training. Analytically, initial and advanced courses were considered, centering analysis on training modalities and academic production (analysis of final work records), considering the problems, public and still nature of the work investigation or intervention.

Key-Words: Social Work; Initial Training; Advanced Training

1. Introdução: Profissionais do Trabalho Social em Portugal

A emergência dos grupos profissionais que se inscrevem no que genericamente se designa por Trabalho Social é recente na sociedade portuguesa, se compararmos com outras profissões. Neste grupo incluem-se os Educadores Sociais e os Animadores Socioculturais, entre outros. Embora recentes na sociedade portuguesa, os profissionais do Trabalho Social têm vindo progressivamente a ganhar expressão em Portugal. Tem vindo a assistir-se ao alargamento da oferta formativa, a par de um (crescente) reconhecimento social por parte dos empregadores. Estes profissionais têm sido, nos últimos anos, considerados nos processos de recrutamento levados a cabo por instituições e programas tanto públicos como privados e mistos (Campos, Martins, Dias & Vohlgemuth, 2015). Regista-se, contudo, uma razoável ambiguidade na definição das fronteiras entre estes grupos profissionais. Essa ambiguidade ganha particular visibilidade nos processos de recrutamento dos empregadores, que consideram, por vezes, indistintamente a contratação de profissionais de cada um dos grupos, como vimos em análises anteriores. Por outro lado, essa ambiguidade tem alimentado a discussão teórica sobre os referenciais fundamentais de cada grupo e áreas de intervenção profissionais, quer no quadro da formação inicial quer na formação avançada.

Embora com alguma retração do número de candidatos em alguns dos cursos de formação inicial, globalmente assiste-se à permanência e alargamento da oferta formativa, seja na distribuição territorial a nível nacional, seja no alargamento dos ciclos de estudo, com abertura, designadamente, do 2º ciclo de formação¹. Pode mesmo afirmar-se que as variações que se verificam nos cursos desta área de formação inscrevem-se, *grosso modo*, nas tendências de evolução geral do Ensino Superior em Portugal, se tomarmos em conta dos dados recolhidos e tratados pela A3ES por áreas de formação. Contudo, essa evolução não tem sido igual para todos os grupos profissionais. Em apresentações anteriores demos conta, precisamente, dessa distinção.

A formação destes profissionais visa a preparação de técnicos de formação superior competentes para o desenvolvimento da intervenção social em diversos contextos e áreas: ação social, saúde, educação, cultura, património, desenvolvimento local e comunitário; e com diferentes públicos (crianças, jovens, adultos), tendo em vista o seu desenvolvimento (integral) e a promoção do seu bem-estar.

O caráter recente das formações, a par das áreas de intervenção em que atuam, e da natureza da sua prática profissional, incluem os licenciados destes cursos no que foi identificado como perfil dos “novos licenciados” (Rodrigues et al., 2007). Do ponto de vista laboral, os profissionais do Trabalho Social correspondem maioritariamente aos grupos profissionais considerados mais vulneráveis, sobretudo no recente período de crise (Ramos et al., 2014). Se considerarmos as áreas de intervenção de que se ocupam é paradoxal que se incluam nos grupos profissionais mais afetados nesse período de crise, precisamente por corresponder a um período em que maior necessidade houve da atuação dos técnicos que assumem a operacionalização das medidas políticas de proteção social, junto dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade e exclusão social. Se por um lado, a situação de crise reforçou a necessidade da função social

¹ Note-se que apenas no âmbito da formação em Serviço Social existe oferta formativa ao nível do 3º ciclo de formação.

destes profissionais, também em consequência dessa crise, estes profissionais enfrentaram processos de enfraquecimento e precarização da sua posição no mercado de trabalho, em grande medida por serem recrutados pelas instituições dos setores económicos considerados como “dispendiosos”, “insustentáveis” e “dispensáveis”, ou seja, num período em que se assistiu a uma retração do investimento na educação, saúde, cultura, justiça e proteção social (Campos, 2015).

O presente texto procurar dar conta da comunicação apresentada na II Conferencia Ibérica de Sociología de la Educación realizada em Córdoba, e centra-se na formação dos profissionais do Trabalho Social, concretamente dos cursos em Educação Social e em Animação Sociocultural, tendo como objetivo analisar de que modo os processos de afirmação destes profissionais evoluem para perfis profissionais, a partir das matrizes de formação que sustentam a distinção de ciclos formativos no ensino superior. A análise desenvolvida inscreve-se numa linha de pesquisa anteriormente iniciada sobre o desenvolvimento dos grupos profissionais do Trabalho Social, no quadro da transição entre uma fase inicial muito centrada nos processos de formação inicial, de definição de perfis profissionais e de construção de uma prática profissional própria; para uma etapa posterior de preocupação com a produção de conhecimento no âmbito da área profissional, com contributos para a definição e afirmação de áreas de intervenção especializada no quadro do Trabalho Social. Para tal partimos da análise das propostas e matrizes de formação que as instituições do Ensino Superior em Portugal promovem, nomeadamente através do levantamento e categorização da informação disponibilizada pelos canais oficiais de divulgação dos cursos e registo das dissertações e projetos de intervenção concluídos. Através da análise proposta procurou-se contribuir para a compreensão dos processos e percursos de afirmação dos grupos profissionais do Trabalho Social, refletindo sobre a relação entre as etapas de desenvolvimento profissional dos profissionais do trabalho social e as matrizes de formação que sustentam a distinção de ciclos formativos no ensino superior.

2. Formação de Profissionais do Trabalho Social

Nas últimas décadas, as instituições do Ensino Superior em Portugal têm vindo a assumir a responsabilidade da formação profissionalizante dos profissionais do Trabalho Social. Pode afirmar-se que genericamente os Trabalhadores Sociais, apresentam perfis profissionais que se pautam por uma intervenção social que se estende a diversos contextos e áreas, como referimos antes, nomeadamente na ação social, saúde, educação, cultura, património, desenvolvimento local e comunitário e com diferentes públicos, como crianças, jovens, adultos, populações em condição de vulnerabilidade socioeconómica, pessoas com deficiência e populações em situações de exclusão social, tendo em vista o seu desenvolvimento (integral) e a promoção do seu bem-estar (Trilla, 2004). Na proposta de Trilla (2004) a conceptualização em torno do que define como níveis do conhecimento profissional destes profissionais, distingue-se entre 7 níveis, designadamente: nível 1 – metateórico ou epistemológico; nível 2 – sistemático-conceitual; nível 3 – ideológico-político; nível 4 – sociológico (análise contextual); nível 5 – psicológico (conhecimento do sujeito); nível 6 – tecnológico (elaboração de estratégias de intervenção, planificação, métodos, técnicas, sistemas de avaliação, entre outros; nível 7 – elaboração experiencial – intervenção (Trilla, 2004).

Em trabalhos anteriores (Delgado & Campos, 2017) aprofundou-se a análise sobre as propostas formativas em Trabalho Social, mais concretamente no caso de duas licenciaturas, uma em Educação Social e outra em Animação Sociocultural, distinguindo-se analiticamente, na matriz curricular da formação inicial destes profissionais, quatro planos: plano teórico-conceitual; plano metodológico-praxiológico; plano ético-deontológico; plano relativo ao processo de profissionalização dos respetivos grupos profissionais (Educadores Sociais e Animadores Socioculturais).

Sinteticamente, no *Plano teórico-conceitual*, é central a apropriação do conhecimento profissional com base científica, teórica e metodologicamente fundada, não obstante se tratar de uma formação de matriz profissionalizante. Os trabalhadores sociais e em particular os educadores sociais e os animadores socioculturais mobilizam na sua prática profissional um conjunto de saberes e habilidades técnicas e operativas, isto é, metodologias de intervenção, que se situam no domínio do “saber-fazer” e que se assumem como uma marca distintiva da sua identidade profissional. A este propósito refira-se que a nossa experiência enquanto formadoras nos diz que, globalmente, os estudantes que elegem esta área de formação superior, o fazem com a expectativa de desenvolverem competências (e a respetiva certificação) que os habilitem (utilizando as suas expressões), a “trabalhar no terreno”, “diretamente com as pessoas”, tendo em vista, o seu bem estar; dito de outro modo, os seus discursos são maioritariamente atravessados pela ideia de que procuram uma formação prática (perspetivada inicialmente pelos estudantes como antagónica a uma formação teórica) que lhes confira as referidas habilidades e os aproxime dos contextos de intervenção e das populações.

A matriz formativa dos cursos procura efetivamente que os estudantes iniciem e desenvolvam um processo de formação que se traduza num percurso reflexivo e compreensivo acerca das profissões do trabalho social e dos fundamentos da intervenção social. Para esta reflexão concorre uma sólida formação no domínio das ciências sociais que lhes permita “conhecer para agir/intervir”. Parte-se da ideia de que, necessariamente, a etapa da intervenção é precedida do conhecimento dos contextos, das problemáticas e dos públicos e de que é este conhecimento que alicerça a intervenção e que confere a essa mesma intervenção uma marca profissional e técnica que a distingue de uma intervenção meramente voluntarista e assistencial. Pretende-se deste modo, que os futuros profissionais iniciem o seu processo de rutura com o “senso comum” e que, informados por uma perspetiva científica, possam perspetivar um processo de intervenção fundado na análise, compreensão e problematização dos fenómenos sobre os quais se propõem intervir. O que pressupõe o desenvolvimento de competências investigativas e de pesquisa sobre os quadros teórico-conceituais de referência, cujo domínio é essencial para a própria definição de problemáticas de investigação e intervenção (como sejam, a pobreza, a exclusão, as migrações, a cultura, a educação, a infância ou o envelhecimento).

No *Plano metodológico-praxiológico*, no 1º ciclo de formação o trabalho centra-se, sobretudo, na iniciação à prática profissional, que tem como corolário a realização dos estágios curriculares em instituições diversas. Na formação inicial há por parte das instituições formadoras, na generalidade, a preocupação com a aproximação gradativa dos estudantes aos contextos reais de intervenção, tendo em vista o desenvolvimento de competências, particularmente no domínio do saber-fazer. Esta aproximação aos contextos reais de intervenção é materializada nos Planos dos cursos das licenciaturas através dos Estágios Curriculares, que possibilitam aos

estudantes o contacto direto com diversas áreas de intervenção, instituições/organizações, públicos, profissionais do trabalho social e metodologias de intervenção. Importa referir no início do percurso formativo os estágios começam por representar espaços de observação (das realidades socioeducativas), evoluindo progressivamente para espaços de intervenção. A iniciação profissional em contexto de estágio pressupõe a mobilização de quadros teóricos das ciências sociais, procurando-se assim formar trabalhadores sociais, que venham a ser capazes de na sua ação profissional mobilizar de uma forma integrada e articulada um conjunto diversificado de conhecimentos/saberes e habilidades/técnicas. Nos ciclos de formação mais avançados, concretamente nos mestrados, acresce novas etapas de investigação, com concretização nas dissertações desenvolvidas, mas mantendo-se o plano da intervenção, pela possibilidade de os estudantes poderem optar pelo desenvolvimento de projetos de intervenção. As duas modalidades de desenvolvimento do trabalho são possíveis, garantindo a conclusão de obtenção do grau de mestre.

No plano da formação relativo à dimensão ética e deontológica ganha particular centralidade a competência relativa à reflexividade que implica o reconhecimento das finalidades da intervenção no âmbito do Trabalho Social e dos efeitos da intervenção. A prática profissional perspectivada deste modo marca a tomada de decisão profissional como elemento fundamental do trabalho destes grupos profissionais (Campos, 2015). Essa responsabilidade cobre a totalidade da prática profissional, desde a conceção e definição de projetos e planos de intervenção, à ação concreta junto das populações e nos territórios como na relação com as diversas instituições ena relação com outros profissionais. Neste âmbito recobre-se de particular relevância os mecanismos e instrumentos de regulação e regulamentação ética e deontológica da prática profissional dos trabalhadores sociais. O reconhecimento desses mecanismos e instrumentos ocupa parte substantiva das propostas formativas dos cursos de formação inicial e avançada destes cursos. Para além das ferramentas teórico-metodológicas trata-se de um contributo que se prende com a formação do perfil destes profissionais, designadamente a capacidade reflexiva aprofundada (Sebastião, 2004) capacitadora de uma compreensão dos fenómenos e processos sociais que permitam uma tomada de decisão na intervenção fundamentada.

Nos cursos de 2º ciclo de formação o plano ético-deontológico ganha visibilidade se considerarmos as temáticas identificadas nos trabalhos de mestrados, por revelarem o reconhecimento dos desafios do Trabalho Social e a identificação de problemáticas sociais de intervenção, prementes e emergentes na sociedade portuguesa.

Por fim, e no que diz respeito ao *Plano da Profissionalização*, consideramos que as instituições de formação destes profissionais, à semelhança de outras, cumpre a promoção da investigação em torno dos processos de profissionalização dos grupos profissionais para desenvolvem a formação inicial e avançada. É sobretudo necessário esse desenvolvimento se tivermos em linha de conta o carácter recente destes grupos profissionais na sociedade portuguesa, como anteriormente referimos. A necessidade de aprofundamento e atualização do conhecimento é fundamental desde a formação inicial, designadamente no que se refere aos desafios, constrangimentos, oportunidades e possibilidades que os grupos profissionais enfrentam no quadro das sociedades contemporâneas (Campos, 2015), e ainda pelo contributo em torno da promoção e discussão em torno destes grupos profissionais, para que haja uma crescente visibilidade destes no espaço científico, profissional e formativo (Campos, 2015).

Tendo em vista o objetivo geral deste trabalho, ou seja, o aprofundamento do conhecimento em torno da formação dos profissionais do trabalho social, nesta etapa de desenvolvimento da pesquisa em curso, metodologicamente consideraram-se as instituições de ensino superior em Portugal, públicas e privadas, dos subsistemas universitário e politécnico que, de acordo com a DGES (Direção Geral do Ensino Superior) ministram formação de 1^ª e 2^ª ciclo em Educação Social e Animação Sociocultural ou similares (esta questão será retomada mais à frente). As razões de escolha destes cursos prendem-se primeiramente com a própria natureza dos cursos, no que respeita a objetivos, áreas, contextos, metodologias de intervenção e públicos, sendo consensual a ideia de que ambas as formações capacitam profissionais para a intervenção socioeducativa. Acresce, a nossa responsabilidade (enquanto profissionais docentes a exercer funções em instituições do ensino superior que ministram formação inicial e avançada nos referidos cursos) no âmbito da definição das ofertas formativas, e da reflexão e investigação em torno dessas mesmas ofertas e dos processos de desenvolvimento de identidades e perfis profissionais. Por fim, ainda se revela escasso, à escala nacional, o conhecimento aprofundado sobre as ofertas formativas em análise, o que poderá advir, em grande medida, dos cursos serem bastante recentes no quadro do Ensino Superior em Portugal em geral, e no quadro do Trabalho Social em particular, seja no que diz respeito à formação inicial, mas sobretudo avançada, havendo, por isso, menos informação e investigação sobre estes processos, nomeadamente na sua relação com a definição dos perfis e identidades destes profissionais.

A partir da listagem de cursos de Ensino Superior na área da Educação Social e Animação Sociocultural da DGES, identificaram-se cursos com terminologias diversas que merecem serem apresentadas. Os cursos apresentados na tabela 1 foram considerados neste trabalho, por apresentarem matrizes e objetivos de formação convergentes, concorrendo assim para a formação de profissionais com competências profissionais que podemos considerar similares.

Tabela 1: Cursos de formação inicial e avançada dos profissionais Trabalho Social: Educação Social e Animação Sociocultural	
Animação Sociocultural	Animação Sociocultural
	Animação e Intervenção Sociocultural
	Animação Socioeducativa
	Animação Cultural
	Animação Cultural e Comunitária
Educação Social	Educação Social
	Educação Social Gerontológica
	Educação Social e Intervenção Comunitária
	Educação Social, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais
Outros afins	Pedagogia Social
	Intervenção Comunitária
	Educação e Intervenção Social
	Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo

Fonte: DGES, 2016 (licenciaturas) e 2017 (mestrados)

A partir da informação publicada pela DGES, observa-se, em primeiro lugar, um maior número de cursos de licenciatura e mestrado em Educação Social, face a cursos de graus similares em Animação Sociocultural. Além disso, pode-se observar uma sobre-representação das licenciaturas face aos cursos de mestrado, particularmente no que respeita ao curso de Animação Sociocultural (9 de 1º ciclo). Relativamente ao curso de Educação Social a diferença entre o número de cursos de 1º e 2º ciclo em funcionamento é menor (12 contra 7). Em ambas as áreas de formação, Educação Social e Animação Sociocultural, não existe em Portugal a oferta de 3º ciclo.

Tabela 2: Número de Licenciaturas e Mestrados de Educação Social e Animação Sociocultural em Portugal		
	Licenciaturas	Mestrados
Animação Sociocultural	9	0
Educação Social	12	7
Outros afins	2*	1
Total	23	9

Fonte: DGES, 2016 e 2017
* não considerados nas análises

Compreender as razões para a existência de um maior número de ofertas formativas de nível superior em Educação Social, assim como a sobre-representação das licenciaturas face aos cursos de mestrado (particularmente evidenciada relativamente ao curso de Animação Sociocultural) e a inexistência de qualquer programa de doutoramento, convida a uma reflexão e investigação mais aprofundada, ainda não desenvolvida no quadro desta pesquisa. Pode-se, no entanto, desde já colocar algumas hipóteses explicativas, que só uma análise posterior poderá ou não confirmar. No que respeita ao maior número de cursos de licenciatura e mestrado em Educação Social colocamos a hipótese desse maior número poder de alguma maneira relacionar-se com o incremento e a intensificação, nas últimas décadas em Portugal, de medidas de política social destinadas a públicos que vivem em situação de particular vulnerabilidade. Embora a intervenção junto desses públicos não seja, de todo, um exclusivo dos Educadores Sociais, a identidade profissional deste grupo foi-se construindo particularmente a partir da ideia que os Educadores Sociais desenvolvem uma intervenção de proximidade em contextos de particular vulnerabilidade, o que poderá ter despoletado um maior crescimento das ofertas formativas em Educação Social.

Relativamente à sobre-representação das licenciaturas face aos cursos de mestrado, conforme podemos observar nos dados recolhidos, a maioria dos cursos de licenciatura tanto em Educação Social como em Animação Sociocultural funcionam em instituições de Ensino Superior Politécnico, a que conforme sabemos corresponde uma marca mais profissionalizante do que investigativa. Acresce que nestas instituições, mesmo no âmbito dos cursos de mestrado, os estudantes podem em alternativa à tradicional dissertação de mestrado, resultado de um projeto de investigação e pesquisa enveredar pelo desenvolvimento de um projeto de intervenção. A não existência do 3º ciclo de formação também poderá estar, a nosso ver, relacionada com a supremacia do ensino superior politécnico, uma vez que ainda se discute a possibilidade, e em que moldes, de atribuição do 3º ciclo de formação por parte destas instituições.

A oferta formativa no âmbito dos cursos de licenciatura em análise no que diz respeito aos subsistemas do Ensino Superior permite ler, conforme já referido, a sobre-representação das instituições do Ensino Superior Politécnico, por um lado, e das instituições públicas, por outro.

Tabela 3: Número de Licenciaturas em Educação Social e Animação Sociocultural por subsistemas do Ensino Superior (Politécnico e Universitário; Público e Privado)				
Licenciaturas	Politécnico		Universitário	
	Público	Privado	Público	Privado
Educação Social	6	3	1	2
Animação Sociocultural	6	1	2	0

Fonte: DGES, 2016

Verifica-se distribuição similar para os cursos de mestrado, com apenas duas ofertas no subsistema privado.

Tabela 4: Número de mestrados em Educação Social por subsistemas do Ensino Superior (Politécnico e Universitário; Público e Privado)				
Mestrados	Politécnico		Universitário	
	Público	Privado	Público	Privado
Educação Social e outros afins	5	2	2	0

Fonte: DGES, 2017

3. Iniciação à Prática Profissional

Para a análise do 1º ciclo de formação consideraram-se as modalidades de iniciação à prática profissional a partir da consulta e análise dos Planos de Estudo dos respetivos cursos, disponibilizados nos *sites* das respetivas instituições. Note-se que em etapas anteriores do desenvolvimento da pesquisa já refletimos sobre as áreas científicas dos cursos, tendo concluído da forte representação das ciências sociais e do comportamento e da educação (Delgado & Campos, 2017). O avanço na análise conduziu-nos então, à reflexão acerca das referidas modalidades de iniciação à prática profissional, que no quadro da formação de 1º ciclo assumem um traço distintivo, designadamente do ensino superior politécnico face ao ensino superior universitário, relacionado com a matriz profissionalizante do primeiro. Para o desenvolvimento dessa matriz profissionalizante concorrem os estágios curriculares que os estudantes de ambas as formações desenvolvem, gradativamente ao longo do seu percurso de formação, em contextos reais de intervenção. Assim sendo, a análise efetuada permitiu-nos concluir que para ambos os cursos do 1º ciclo de formação regista-se um grupo maior de instituições em que a iniciação à prática profissional se faz a partir do 2º ano de curso. Residualmente, há cursos em que a iniciação se faz nos 3 anos do curso e outros em que a iniciação acontece, apenas, no 3º ano do curso. Estes dados corroboram com a matriz dos planos de estudo dos cursos em análise

que, tendencialmente, evoluem de um enfoque nos fundamentos da intervenção (1º ano) para o domínio das metodologias e técnicas de intervenção (2º ano), culminando com o planeamento, implementação e avaliação de um projeto de intervenção num contexto territorial e institucional específico, intervenção essa suportada numa avaliação diagnóstica de necessidades de um público e/ou comunidade (3º ano).

A análise dos Planos de Estudos demonstrou que curricularmente o tempo (traduzido em ECTS) de formação reservado à iniciação à prática profissional (considerando o planeamento, intervenção e avaliação da intervenção) é diverso. Registou-se uma variação entre 12% e 41% de tempo dedicado à iniciação à prática profissional, o que faz antever uma eventual diferença de perfis profissionais de saída, sobretudo no que respeita à experiência de intervenção (supervisionada). A compreensão dessa diferença convida a uma análise mais aprofundada, a desenvolver em etapa posterior.

Podemos no entanto desde já concluir que, para a totalidade dos cursos, a iniciação à prática profissional traduz-se, portanto, em percursos gradativos de aproximação e intervenção aos/nos contextos de iniciação – observação, diagnóstico, intervenção e avaliação da intervenção. Por outro lado, essa iniciação à prática profissional sustenta-se no quadro da metodologia de projeto, ancorada em UC que antecipam e preparam essa iniciação (contextos, públicos, metodologias de investigação e intervenção, avaliação).

4. Formação Avançada: dissertações e projetos

Para a análise em torno do 2º ciclo de formação foram consultados os repositórios científicos das instituições de formação, o RCAAP e desenvolveram-se complementarmente contactos com responsáveis pela publicação dos trabalhos nos respetivos repositórios das instituições de formação, tendo-se considerado dissertações e projetos de intervenção desenvolvidos no âmbito dos mestrados abertos em 2017, considerando os registos desses cursos entre 2011 e 2017.

Tabela 5: Número de trabalhos registados nos cursos de mestrado em Educação Social e afins, por subsistemas do Ensino Superior (Politécnico e Universitário; Público e Privado), entre 2011 e 2017 (junho)					
	Politécnico		Universitário		Total
	Público	Privado	Público	Privado	
2011	8	2	0	0	10
2012	17	0	4	0	21
2013	13	0	8	0	21
2014	7	0	2	0	9
2015	14	3	3	0	20
2016	32	4	0	0	36
2017	1	0	0	0	1
Total	92	9	17	0	118

Fonte: própria

A análise dos trabalhos de 2º ciclo registados revela algumas tendências. Um primeiro aspeto a salientar prende-se com o destaque do volume de produção académica das instituições públicas e do subsistema politécnico, o que se coaduna com o facto de serem estas instituições, que em maior número desenvolvem cursos de 2º ciclo, nos âmbitos em análise. Uma segunda consideração diz respeito à variação de produção académica entre anos, que pode resultar da abertura descontinuada dos cursos de formação avançada, por um lado, e das políticas institucionais de registo interno/externo das dissertações, por outro. A este propósito registese embora haja obrigatoriedade das instituições disponibilizarem para consulta pública os trabalhos de investigação e intervenção, sejam as dissertações, sejam os projetos, a consulta aos repositórios, *sites* institucionais e contacto direto com alguns dos responsáveis de instituições permitiu-nos compreender a variedade de procedimentos e estratégias institucionais. Não havendo um cumprimento cabal das orientações emanadas dos normativos que regulamentam estes procedimentos², consideramos analiticamente como preliminares os dados e resultados alcançados no que diz respeito aos mestrados³. Da consulta aos trabalhos (dissertações e projetos) disponibilizados nos *sites* institucionais e outros gentilmente cedidos pelos responsáveis das instituições que responderam aos nossos pedidos de cedência de informação, considerámos para análise 118 trabalhos, embora para algumas dimensões analíticas a informação disponibilizada não permitisse o desenvolvimento dos procedimentos metodológicos previstos. Por estes motivos consideramos os dados que apresentamos como uma primeira aproximação, de caráter preliminar, não sendo possível a extrapolação dos dados para a totalidade dos trabalhos desenvolvidos no quadro destas formações.

A análise dos trabalhos de mestrado em Educação Social relativamente aos públicos considerados permite confirmar a diversidade de públicos quando considerados por ciclos de vida. Embora tenham sido identificados trabalhos relativos aos diversos ciclos de vida, são os idosos que reúnem maior número de estudos e/ou projetos de intervenção (27). O que se prende, decerto, com as próprias dinâmicas das sociedades contemporâneas, marcadas pelo envelhecimento da população. Assinala-se também o reduzido número de trabalhos estritamente no âmbito da infância (4). Em termos meramente hipotéticos colocamos a hipótese de se considerar que a resposta à maior parte das necessidades daquele grupo, está particularmente a cargo de outros agentes socioeducativos, designadamente dos que intervêm no âmbito da educação dita formal. Esta “pista analítica” carece de exploração.

Destaca-se por fim, o número de trabalhos que versam ou se dirigem indiferenciadamente a pessoas de diferentes faixas etárias/comunidade, e que são, claramente, em maior número (44).

2 Relativamente ao normativo sobre o Depósito Legal de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutoramento, pode ler-se no Artigo 50.º[...]¹ - As teses de doutoramento, os trabalhos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 31.º e as dissertações de mestrado ficam sujeitas ao depósito obrigatório de uma cópia digital num repositório integrante da rede do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, operado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, l. P.; 2 - O depósito visa o tratamento e a preservação dos referidos trabalhos científicos, bem como a difusão, em regime de acesso aberto, da produção que não for objeto de restrições ou embargos.[...]; 6 - Os estabelecimentos de ensino superior devem facultar o acesso sem restrições da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência aos conteúdos depositados na rede do Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal para fins de recolha e processamento de indicadores estatísticos.

3 Nas Jornadas da FCCN em 2017, a partir da análise do Relatório de Diagnóstico sobre registo de teses e dissertações no RENATES e depósito no RCAAP, discutiu-se a discrepância entre registos apresentada. Por exemplo, no caso do ensino superior politécnico público, em 2016, estavam registadas no RENATES 2.489 dissertações de mestrado, mas o RCAAP regista um total de 1.840 dissertações (74%). Fonte: Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) - FCT

O que parece coadunar-se com “o lugar” dos educadores sociais no âmbito do desenvolvimento comunitário, em sentido lato.

Tabela 6: Número de trabalhos registados nos cursos de mestrado em Educação Social e afins por Públicos por Ciclos de Vida	
Públicos por Ciclos de Vida	Nº de Trabalhos
Indiferenciado/comunidade	44
Idosos	27
Juventude	18
Infância e Juventude	13
Adultos	12
Infância	4
Total	118

Fonte: própria

No que diz respeito à natureza e metodologias de trabalho desenvolvido verifica-se uma clara maioria de procedimentos de investigação face à intervenção. Estes dados merecem alguma reflexão da nossa parte, na medida em que designadamente, no 1º ciclo de formação os educadores sociais procuram desenvolver competências que os capacitem para o “trabalho direto, no terreno”, donde a grande valorização dada pelos estudantes dos períodos de estágio curricular. O que verifica no segundo ciclo de formação, conforme já referido, é que os trabalhos de investigação são em muito maior número que os trabalhos de projeto/intervenção. A nossa experiência neste ciclo de estudos ajuda-nos a colocar algumas hipóteses explicativas; em primeiro lugar a necessidade sentida quanto ao desenvolvimento e fixação de conhecimento profissional sobre a educação social e os educadores sociais a partir de um percurso investigativo, seja numa perspetiva de aprofundamento e consolidação da reflexão iniciada no 1º ciclo de formação (no caso de possuir licenciatura em Educação Social), seja numa perspetiva do desenvolvimento de “novos” conhecimentos, designadamente, por parte daqueles que são provenientes de outras formações iniciais (embora situadas nas áreas das ciências sociais e humanas). Depois acrescentem, razões de ordem prática, a que os estudantes muitas vezes não se podem alhear, como sejam, as possíveis dificuldades em “colocar em marcha” um projeto de intervenção, tendo em consideração, nomeadamente, os recursos humanos, materiais e técnicos a mobilizar, entre outros aspetos. Podem acrescentar ainda outras dificuldades como seja a mais difícil articulação entre o desenvolvimento de uma atividade profissional (neste ciclo de formação cresce significativamente o número de trabalhadores-estudantes) e o desenho, implementação e avaliação de um projeto com todas as responsabilidades profissionais inerentes.

Tabela 7: Número de trabalhos registados nos cursos de mestrado em Educação Social e afins por Metodologias desenvolvidas	
Metodologias	Nº de Trabalhos
Investigação	84
Intervenção	25
N/S	9
Total	118

Fonte: própria

Os dados apresentados na tabela 8 detalham-se os públicos sobre os quais versam os trabalhos, destacando-se, pelo seu maior número os trabalhos sobre “públicos vulneráveis”, sobre “públicos escolares”, sobre “idosos” e centrados na “comunidade”.

Tabela 8: Número de trabalhos registados nos cursos de mestrado em Educação Social e afins por Públicos	
Públicos	Nº de Trabalhos
Comunidade	14
Crianças e jovens (inclui institucionalizados e em risco)	8
Idosos (inclui institucionalizados)	17
Minorias - migrantes e descendentes e ciganos	6
Mulheres	3
Cuidadores informais	5
Profissionais do Trabalho Social e Formação	7
Públicos vulneráveis	24
Públicos escolares	18
Públicos com doença mental	6
N/S	10
Total	118

Fonte: própria

Analicamente procurámos categorizar as problemáticas de investigação e intervenção a partir das palavras-chave e resumos apresentados nos mesmos. Tal decisão prendeu-se com a opção por tomar como referencial analítico o que os autores dos respetivos trabalhos decidiram colocar como “etiquetas” de identificação científica e académica dos mesmos.

Tabela 9: Problemáticas de Investigação e Intervenção nos trabalhos registados nos cursos de mestrado em Educação Social e afins	
Problemáticas de Investigação e Intervenção	Frequências
Instituições e agentes de intervenção social	40
Prevenção, proteção e reinserção social	28
Inclusão Social e Cidadania	26
Dinâmicas locais e comunitárias	21
Envelhecimento	19
Intervenção em Contexto Escolar	16
Educação de Adultos e ALV	8

Fonte: própria

Os dados apresentados são reveladores da diversidade de temáticas, problemáticas e públicos, etc. sobre que versam as investigações de mestrado ou projetos de intervenção em Educação Social. A tipologia apresentada embora ainda careça de afinação, possível após uma análise mais aprofundada dos trabalhos desenvolvidos, permite-nos um primeiro retrato desses mesmos trabalhos, que em última análise nos poderão conduzir a uma reflexão a propósito, também, de modelos e métodos de intervenção em Educação Social em particular, e do Trabalho Social em geral.

5. Notas conclusivas

Constata-se uma relação entre as etapas de desenvolvimento profissional dos profissionais do trabalho social e as matrizes de formação que sustentam os ciclos formativos no ensino superior. A formação dos profissionais do Trabalho Social é maioritariamente ministrada no Ensino Superior Público Politécnico. Sendo que a iniciação à prática profissional inscreve-se numa formação de matriz profissionalizante, marcadamente associada ao Ensino Superior Politécnico.

A formação avançada alimenta-se apenas da Educação Social, tendo em conta o ano a que se reporta a recolha e análise, considerando-se que acolha parte dos licenciados em Animação Sociocultural. Os cursos de formação avançada considerados na análise não esgotam as possibilidades de formação avançada dos licenciados, tratando-se na formação inicial de formações que se podem considerar de “banda larga”, como é exemplo a Animação Sociocultural, verifica-se em algumas das instituições a escolha de mestrados noutras áreas afins, como etapa seguinte

de formação, nomeadamente em Educação Social. Os efeitos destas escolhas poderá também contribuir para uma razoável ambiguidade, referida na introdução do texto, com empregadores a terem como candidatos com diplomas em Educação Social e Animação Sociocultural.

A formação avançada configura-se como um espaço de reflexão e pesquisa sobre públicos, áreas e metodologias de intervenção, assim como, sobre a profissionalidade dos profissionais do Trabalho Social. A produção académica analisada pode por isso considerar-se como uma forma de fixação do conhecimento profissional e respetivas áreas de exercício profissional para estes grupos.

A análise desenvolvida permite afirmar que a definição de perfis profissionais do Trabalho Social parece sustentar-se numa relativa correspondência entre as áreas científicas dos PE [Ciências Sociais e Ciências da Educação] e as áreas de investigação e intervenção: públicos e problemáticas, antecipando as áreas de inserção profissional destes diplomados.

Referências bibliográficas

CAMPOS, J. (2015). "Animadores Socioculturais e Animação Sociocultural: desafios e dilemas profissionais nas sociedades contemporâneas," in Pereira, José Dantas; Lopes, Marcelino Sousa & Maciel, Marta (coords) O Animador Sociocultural no Século XXI - perfil, funções, âmbitos, metodologias, modelos de formação e projetos de intervenção, 125-132.

CAMPOS, J.; MARTINS, C.; DIAS, A.; VOHLGEMUTH, L. (2015). "Animadores Socioculturais: formação e inserção profissional dos diplomados da ESELx-IPL", Organizações e Trabalho, nº 43/44, 51-66.

CARAPINHEIRO, G., RODRIGUES, M. L.(1998). "Profissões: protagonismos e estratégias", in Viegas, José Manuel, Costa, António Firmino (orgs) Portugal, que modernidade?, Oeiras: Celta Editora, 147-164.

DELGADO, L. & CAMPOS, J. (2017) "Sociologia e formação dos profissionais do Trabalho Social: reflexão em torno da experiência profissional em instituições do ensino superior politécnico", In Portugal, território de territórios. Atas do IX Congresso Português de Sociologia, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia. Disponível em http://www.aps.pt/ix_congresso/actas

GUERRA, I.(2003). "Polémicas e Modelos para uma Sociologia de Intervenção". Cadernos de Estudos Africanos, 4, 71-84.

RAMOS, M.; PARENTE, C.; SANTOS, M. (2014). "Os licenciados em Portugal: uma tipificação de perfis de inserção profissional", Educação e Pesquisa, 40, 2, 338-400.

RODRIGUES, M. L.; OLIVEIRA, L.; CARVALHO, H.(2007). "Profissionais qualificados e sociedade do conhecimento", In Costa, António Firmino; Machado, Fernando Luís & Ávila, Patrícia (orgs) Sociedade e conhecimento, Portugal no contexto europeu, vol II. Oeiras: Celta Editora, 103-121.

SEBASTIÃO, J. (2004). "Modelos de ensino e tendências de mudança no ensino superior," Gonçalves, Carlos Manuel et al (ogs.) Sociologia no Ensino Superior. Conteúdos, práticas e pedagogias de investigação – Atas do Encontro. Porto: FLUP, 122-134

TRILLA, J.(2004). "Conceito, exame e universo da animação sociocultural", in Trilla, Jaume (coord.) Animação sociocultural – teorias, programas e âmbitos. Lisboa: Instituto Piaget, 9-44.

VOHLGEMUTH, L.; CAMPOS, J. DIAS, A. & MARTINS, C. (2013). "Formation des animateurs socioculturels: discours idéologiques et pratiques, L'Animation Socioculturelle Professionnelle, quels rapports au politique?" Richelle, Jean-Luc, Rubi, Stephanie, Ziegelmeyer, Jean-Marc (eds) L'Animation Socioculturelle, quels rapports au politique?. Bordeaux: Carriers Sociales Editons, 131- 144.